



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Solicita ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações detalhadas sobre o Programa Cozinha Solidária, lançado em novembro de 2024 pelo governo federal.

Senhor Presidente, requeiro, com fundamento nos art. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal e na forma dos art. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações detalhadas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre o Programa Cozinha Solidária, lançado em novembro de 2024 pelo governo federal e esclareça:

1. Quais ONGs foram contratadas para operacionalizar o programa Cozinha Solidária?
2. Quais os critérios utilizados para a seleção dessas entidades?
3. Qual o valor total destinado ao programa e como esses recursos foram distribuídos entre as ONGs?
4. Quais mecanismos de fiscalização foram implementados para garantir que as refeições fossem, de fato, entregues à população?



5. Quais providências foram adotadas pelo Ministério diante das denúncias de descumprimento contratual e possível desvio de recursos?

6. Houve alguma auditoria ou prestação de contas independente que comprovasse a efetiva entrega das refeições?

7. O governo pretende reavaliar os contratos e exigir a devolução dos valores pagos indevidamente?

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Cozinha Solidária foi lançado em novembro de 2024 pelo governo federal com o objetivo de combater a fome e garantir alimentação gratuita à população em situação de vulnerabilidade. No entanto, uma reportagem publicada pelo jornal O Globo em 6 de fevereiro de 2025 revelou indícios graves de irregularidades na execução do programa. Segundo a matéria, algumas das Organizações Não Governamentais (ONGs) contratadas para fornecer refeições não entregaram as marmitas previstas em contrato, mas, ainda assim, prestaram contas como se o serviço tivesse sido realizado.

A equipe do jornal visitou três endereços onde deveriam estar funcionando cozinhas solidárias e não encontrou qualquer sinal de preparo de refeições. Essa denúncia levanta sérias preocupações sobre a gestão dos recursos públicos destinados ao programa e sobre a transparência na sua execução.

Diante disso, torna-se essencial obter esclarecimentos detalhados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre:

Os critérios de seleção das ONGs contratadas;

O valor total investido e sua distribuição entre as entidades;

Os mecanismos de fiscalização adotados para garantir o cumprimento do contrato;

As providências tomadas pelo Ministério diante das denúncias de descumprimento contratual e possível desvio de recursos.



O Brasil enfrenta uma crise social e econômica que torna imperativo o uso eficiente e transparente dos recursos públicos. Qualquer irregularidade na execução de um programa voltado ao combate à fome deve ser investigada com rigor, garantindo que os recursos cheguem efetivamente a quem mais precisa.

Diante da gravidade da situação, é imprescindível que o Ministério preste esclarecimentos urgentes e apresente as medidas adotadas para corrigir possíveis falhas na execução do programa.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DANIELA REINEHR

